



**Copel Comercialização S.A.**

CNPJ nº 19.125.927/0001-86

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 81200-240

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2021**

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>29</b>
Balancos Patrimoniais .....	29
Demonstrações de Resultados .....	31
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	32
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	33
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	34
1. Contexto Operacional.....	35
2. Base de Preparação.....	36
3. Principais Políticas Contábeis .....	37
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	43
5. Títulos e Valores Mobiliários .....	43
6. Clientes.....	44
7. Outros créditos.....	44
8. Tributos.....	45
9. Depósito judiciais .....	47
10. Obrigações Sociais e Trabalhistas .....	47
11. Fornecedores .....	47
12. Benefícios Pós-emprego .....	47
13. Outras contas a pagar.....	52
14. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes .....	52
15. Patrimônio Líquido .....	53
16. Receita Operacional.....	54
17. Custos e despesas operacionais.....	55
18. Resultado Financeiro .....	56
19. Instrumentos Financeiros .....	57
20. Transações com Partes Relacionadas .....	61
21. Compromissos .....	61
22. Seguros.....	62
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....</b>	<b>63</b>
<b>RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO .....</b>	<b>66</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL.....</b>	<b>73</b>

## MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

Em 2021, as pessoas e as empresas precisaram se manter resilientes. De um lado a pandemia do coronavírus continuou a exigir cuidados redobrados e a afetar a economia mundial. De outro, os desafios exigiram adaptação e capacidade das empresas para buscar novas soluções, continuar a caminhar e criar alternativas para se desenvolverem. Na Copel Mercado Livre, foi um ano em que continuamos a trabalhar incansavelmente para gerar valor aos nossos clientes e colhemos ótimos resultados.

Empenhados em proporcionar competitividade de forma sustentável a nossos clientes, com energia renovável e serviços de excelência, expandimos nossa atuação e chegamos à posição de maior comercializadora do país com 2.625 MW médios comercializados.

Ao longo do ano em que completamos 5 anos de existência, chegamos a 23 estados brasileiros, com um crescimento médio de 76%. No último biênio, mais que duplicamos nossa base de clientes, um aumento de 245%.

Os resultados foram conquistados com base em uma atuação eficiente, mantendo solidez e constância na entrega, mesmo num ano de escassez hídrica e ambiente de negócios desafiador. Para isso, continuamos a desenvolver nossa estratégia de adquirir energia solar e eólica para entregar ao longo dos próximos anos, e a ampliar o portfólio de produtos diferenciados, oferecidos aos nossos clientes.

Para os clientes, o consumo de energia de fontes renováveis é uma forma de agregar valor ao seu produto ou serviço. Em 2021 passamos a oferecer os certificados de energia renovável do *International REC Standard (I-REC)*, sistema global de rastreamento de atributos ambientais de energia que possibilita a comprovação de que a energia consumida é proveniente de fontes renováveis.

Os bons resultados foram possíveis graças a um trabalho interno de modernização e digitalização da atuação da empresa. Diante dos desafios que continuaram a ser impostos pela pandemia, priorizamos a saúde de nossa equipe, que trabalhou a maior parte do tempo em home office. Com dedicação e empenho, permanecemos atentos às mudanças do mercado, em busca de competitividade e de novas soluções para nossos clientes.

Neste ano focamos também na especialização de nossa equipe, obtendo como resultado a certificação de profissionais como Operadores do Mercado Livre de Energia. Esta certificação, promovida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pela Fundação Getúlio Vargas, avalia o conhecimento dos agentes, em especial, com relação às regras do setor, à legislação aplicável e às operações na Câmara.

De olho nas transformações e nos desafios impostos pelo mercado, participamos ativamente, no grupo Copel, da implantação do Copel Volt, programa de inovação aberta voltado a startups nacionais e internacionais que possam desenvolver novos produtos e serviços na área de energia e fortalecer o posicionamento da Copel junto ao ecossistema de inovação. O resultado desta iniciativa será percebido por nossos clientes e mercado, já no ano de 2022.

Se nos últimos anos trabalhamos para construir a Copel Mercado Livre e para transformá-la numa das empresas mais competitivas do setor, nos próximos anos vamos concentrar nossa atuação na busca de soluções energéticas cada vez mais inovadoras, tentando antecipar os desafios e as oportunidades que o mercado de energia nos apresenta.

Fillipe Henrique Neves Soares

Diretor Geral da Copel Mercado Livre

## 1. A COMPANHIA

A Copel Comercialização S.A. (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”) tem a Companhia Paranaense de Energia (“Copel” ou “Controladora”) como única acionista. Foi instituída em janeiro de 2016, atuando com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no mercado livre de energia.

A Copel Mercado Livre está se preparando para a iminente ampliação da abertura do mercado livre de energia e para os novos desafios do mercado. Acredita e investe na qualidade e *expertise* de seu corpo técnico, nas melhores práticas de governança e ética das relações e no relacionamento próximo a seus clientes, buscando e desenvolvendo soluções para oferecer agilidade, segurança e confiabilidade.

### • Copel Mercado Livre em Números

	2021	2020	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	1.519.018	1.053.100	44,2
Caixa e equivalentes de caixa	143.476	17.249	731,8
Títulos e valores mobiliários	1.459	1.375	6,1
Receita operacional bruta	5.071.765	2.692.502	88,4
Deduções da receita	(535.351)	(271.845)	96,9
Receita operacional líquida	4.536.414	2.420.657	87,4
Custos e despesas operacionais	(4.478.439)	(2.262.053)	98,0
Equivalência patrimonial	-	(93)	(100,0)
Resultado das atividades	57.975	158.604	(63,4)
Ebitda ou Lajida	58.209	158.586	(63,3)
Resultado financeiro	13.940	11.373	22,6
IRPJ/CSLL	(18.189)	(57.947)	(68,6)
Lucro operacional	71.915	169.884	(57,7)
Lucro líquido do exercício	53.726	111.937	(52,0)
Patrimônio líquido	389.865	356.922	9,2
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	1,2	1,3	(7,7)
Liquidez geral (índice)	1,3	1,5	(13,3)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	1,3	6,6	(80,3)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	1,6	7,0	(77,1)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	1,2	4,6	(73,9)
Participação de capital de terceiros (%)	74,3	66,1	12,4
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) <sup>(1)</sup>	15,1	134,1	(88,7)
<sup>(1)</sup> LL ÷ (PL inicial)			

## 2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Copel é pioneira na gestão de questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Ao longo de sua história, consolidou-se como uma empresa comprometida em prover energia e soluções para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo a primeira do setor elétrico a aderir ao Pacto Global das Organizações das Nações Unidas - ONU, em 2000.

O crescimento econômico, a responsabilidade socioambiental, a inovação e a excelência em governança são conceitos intrínsecos à estratégia de negócios da Companhia e a Copel tem orgulho de estar na vanguarda da preservação da biodiversidade e de programas socioambientais, conforme as diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia.

Para difundir e materializar esse compromisso, a Copel desenvolve ações e programas que beneficiam a comunidade, o meio ambiente e o público interno. A trajetória da Copel rumo à sustentabilidade prioriza a inovação nos processos, a qualidade dos serviços prestados e a transparência na gestão.

Outras informações sobre as práticas adotadas pela Companhia e o desenvolvimento sustentável podem ser acessadas no endereço <https://copelsustentabilidade.com>.

### 2.1. Governança corporativa

A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela sua Controladora, que abrange um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o seu desempenho esteja sempre alinhado com o melhor interesse da Companhia e de seus stakeholders.

O modelo adotado tem como referência o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e se baseia nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado.

Em março de 2021, foi promovida ampla reforma estatutária na Controladora, incluindo requisitos do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão - bolsa de valores de São Paulo), sendo que a migração ocorreu em novembro de 2021, e atende aos dispositivos das Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, às regras da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Copel cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission* - SEC e da *New York Stock Exchange* - NYSE, nos Estados Unidos; e do *Latibex*, da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha

Para aferir a maturidade e o nível da qualidade da governança corporativa da Copel, a Controladora participa de índices e reconhecimentos de mercado que permitem a comparação com seus pares e empresas de diversos setores: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) e Selo Empresa Pró-Ética. Outro parâmetro de comparação é o Informe de Governança Corporativa, elaborado conforme a Instrução CVM nº 586/2017, no qual a Copel relata seu nível de aderência às práticas do código do IBGC.

### **2.1.1. Referencial Estratégico**

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Copel, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

**Missão:** Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

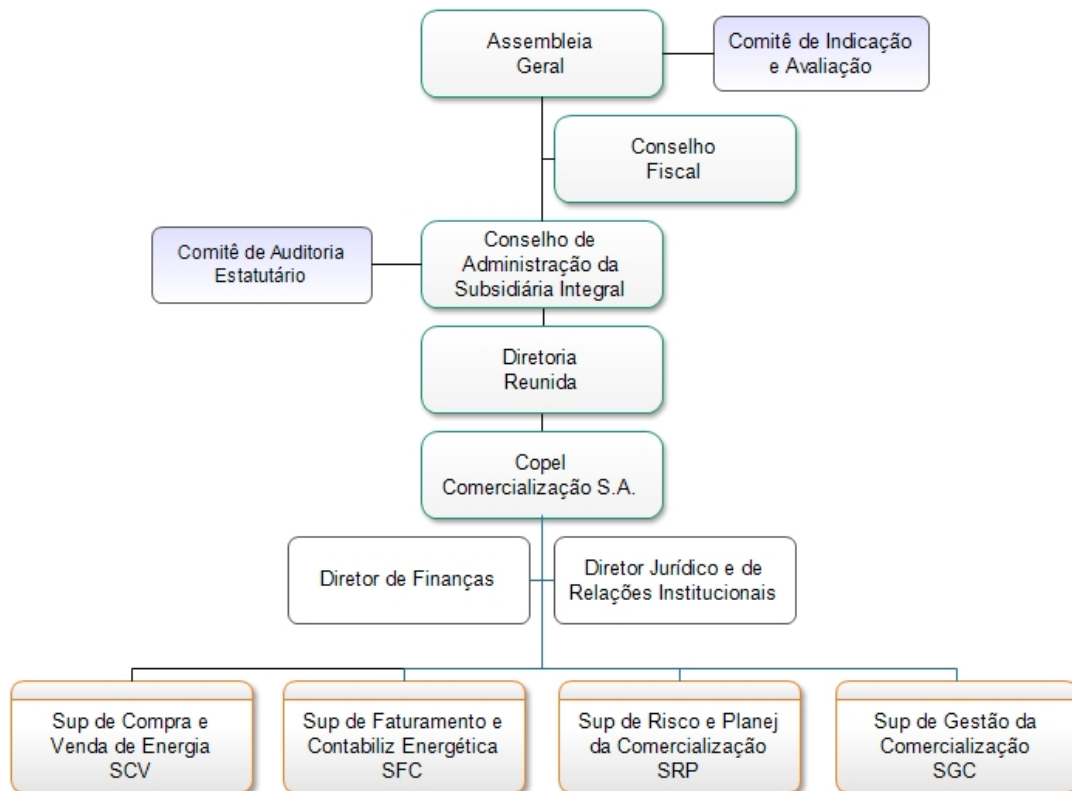
**Visão:** Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

**Valores:**

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

## 2.2. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Companhia é a demonstrada a seguir:



### Assembleia geral

É o fórum com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia.

### Comitê de Indicação e Avaliação

Órgão de caráter permanente e tem por finalidade auxiliar os acionistas, verificando a conformidade do processo de indicação e avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários, nos termos da legislação vigente.

COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO	
Presidente	Marcos Leandro Pereira
Membro	Robson Augusto Pascoalini
Membro	Durval José Soledade Santos

### Conselho Fiscal

Órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores.

CONSELHO FISCAL	
Presidente (Governo)	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro (Governo)	Harry Françóia Júnior
Conselheiro (Governo)	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro (Governo) - suplente	Otamiir Cesar Martins
Conselheiro (Governo) - suplente	Verônica Peixoto Coelho

### Conselho de Administração - CAD

Órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo	Fillipe Henrique Neves Soares
Membro	Ana Letícia Feller

### Diretoria Reunida

Órgão executivo responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social.

DIRETORIA	
Diretor Geral	Fillipe Henrique Neves Soares
Diretor de Finanças	Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	Eduardo Vieira de Souza Barbosa

### Comitê de Auditoria Estatutário

Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela operacionalização do Canal de Denúncias.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Presidente	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro externo	Luiz Claudio Maia Vieira

A descrição completa da estrutura administrativa e demais informações relevantes estão disponíveis em <https://www.copel.com/hpcweb/institucional/portal-da-transparencia/institucional/>

### **2.2.1. Programa de Integridade**

Tem por finalidade o correto tratamento aos desvios éticos e de conduta e principalmente a implementação de medidas anticorrupção adotadas para prevenção, detecção e remediação de atos lesivos à Companhia, que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

O programa se destina a todos os empregados, fornecedores, terceirizados, estagiários, prestadores de serviços e contratados e, para cumprimento de sua função, está fundamentado em 5 pilares que, de forma interdependente, sustentam o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de todos os mecanismos adotados. São eles:

#### **a) Liderança e estrutura**

Representa o suporte e comprometimento da direção da Companhia com a efetividade, desenvolvimento e melhoria contínua do programa. A atuação da diretoria fortalece o compromisso com a criação da cultura de ética e integridade dentro da Companhia.

#### **Comitê de Ética**

Órgão auxiliar ao Conselho de Administração com as seguintes atribuições principais: monitorar o processo de recepção e apuração de relatos recebidos por meio do Canal de Denúncias; deliberar sobre aplicação de medidas disciplinares e monitorar a resolução das deficiências identificadas durante os processos de apuração de denúncias em conformidade com as normativas internas e legislação aplicável.

#### **Código de Conduta**

Instrumento orientador dos atos de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel, como empregados, administradores, membros de conselhos e comitês, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados.

#### **Canais de Comunicação**

Os canais de comunicação oferecem meios para registro de opiniões, críticas e reclamações, para realização de consultas, e principalmente, para o recebimento de denúncias sobre condutas impróprias ou situações que envolvam violação de princípios éticos, normas, políticas, leis regulamentos.

- Canal de denúncias: canal independente disponível ao público interno e externo. Operado por empresa contratada, oferece garantia de sigilo absoluto, podendo ser acessado por telefone, website ou gravação de mensagem por secretária eletrônica. Destinado ao recebimento de denúncias sobre fraudes, corrupção e outras irregularidades, assédio moral, desvios éticos e de conduta, além de consultas relacionadas ao Código de Conduta. O telefone é o 0800-643-5665 e o site é o [www.copel.com/canaldedenuncias](http://www.copel.com/canaldedenuncias)

- Ouvidoria: instituída por determinação da Aneel, a ouvidoria da Copel é responsável por receber, analisar e encaminhar solicitações de informações, sugestões, reclamações e denúncias do público e externo, além de monitorar e acompanhar os processos para que sejam dadas respostas com rapidez e eficiência. O atendimento é realizado por telefone, fax, email, aplicativo, pessoalmente ou correspondência. O telefone é o 0800-647-0606 e o email é o ouvidoria@copel.com

## **b) Análise de Riscos**

Os riscos corporativos são classificados na Companhia em Risco Estratégico, Risco Financeiro, Risco Operacional e Risco de Compliance. Por meio de metodologia específica é realizada a análise e avaliação dos riscos, apresentando a relação entre a probabilidade de ocorrência de um evento e o impacto para a Copel. Dessa forma, é possível tomar decisões que visem a redução dos riscos identificados.

## **c) Políticas e Procedimentos**

A partir dos resultados da análise dos Riscos de Compliance identificados, são criadas ou aperfeiçoadas normas e políticas corporativas que devem orientar a conduta das partes interessadas em relação aos temas de integridade. As práticas que integram o programa estão diretamente relacionadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e corrupção. Os principais instrumentos normativos e procedimentos relacionados ao Programa de Integridade são:

- Políticas Corporativas - NPC
- Norma Administrativa Copel - NAC
- Níveis de Competência - NCO
- Procedimentos de controles internos: atividades voltadas à manutenção do ambiente de controles internos e ao cumprimento dos requisitos legais e regulatórios vigentes, especialmente da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX). A estrutura e controles internos da Companhia segue os padrões do *Committee of Sponsoring Organizations for the Treadway Commission* - COSO, framework reconhecido internacionalmente
- Procedimentos de controle externo (Controle Público Estadual): atividades de atendimento às exigências de controle interno definidas pelos órgãos de controle externo do poder público estadual, bem como apoio à alta direção e às áreas de negócios quanto às ações de atendimento aos apontamentos efetuados por estes órgãos
- Avaliações de Integridade (*Background Check*): compondo avaliação de integridade de Fornecedores, avaliação de integridade nas indicações dos candidatos para ocupar cargos de direção ou conselhos do grupo e avaliação de integridade nas contratações e nos patrocínios

#### **d) Comunicação e Treinamentos**

São ações com objetivo de disseminar a cultura de ética e integridade a todas as partes interessadas. O plano de comunicação e treinamento é elaborado com base na Matriz de Risco de Fraude e Corrupção. De acordo com a análise, são previstas as divulgações e treinamentos obrigatórios pela legislação e determinados os treinamentos específicos que serão disponibilizados para toda a Companhia ou para públicos selecionados. São algumas das práticas adotadas:

- Programa Embaixadores de Compliance: disseminação da cultura da integridade e Compliance por meio do engajamento de empregados capacitados distribuídos por diversas áreas e locais de atuação.
- Treinamentos e eventos: em atendimento à legislação e de acordo com as melhores práticas de mercado, anualmente, são aplicados, na modalidade de ensino à distância - EaD, treinamentos sobre o Código de Conduta a todos os empregados. Para os administradores eleitos é realizado um conjunto de treinamentos onde são abordados temas como legislação societária e de mercado de capitais, sigilo e divulgação de informações, controles internos, governança corporativa e gestão estratégica de riscos empresariais, além da Lei Anticorrupção, da Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e do Código de Conduta da Copel. Além dos treinamentos obrigatórios, são promovidos, a todos os empregados ou para públicos específicos, treinamentos sobre conteúdos que foram definidos por meio do monitoramento do Programa de Integridade.
- Alerta Compliance: enviados por e-mail, podendo ser direcionados a públicos específicos ou para toda a Companhia. Os alertas visam promover a disseminação de informações relacionadas a integridade por meio da abordagem de temas pertinentes à conformidade das atividades e/ou que possam gerar riscos ou acarretar prejuízos à Companhia.
- Portal de Compliance: Disponível na homepage da Companhia, o Portal oferece acesso ao Código de Conduta e ao Programa de Integridade, além de informações sobre as práticas de Compliance relacionando com o papel de cada área ou órgão envolvido.
- Portal da Transparência: tem como finalidade facilitar o acesso às informações sobre a Companhia, conforme determinam a Lei Federal nº 12.527/2011, o Decreto Federal nº 7.724/2012, a Lei Estadual nº 16.595/2010 e o Decreto Estadual nº 10.285/2014. No Portal, são apresentadas informações relativas a licitações e contratos, receitas e despesas, programas socioambientais, projetos e obras, empregados, contratações, demissões e concursos, além de informações institucionais como estrutura, administração, regimentos, entre outras.

## e) Monitoramento do Programa

Constitui a avaliação contínua da efetividade das práticas que integram o programa, visando garantir que o funcionamento do programa seja satisfatório. Por meio do monitoramento constante, podem ser identificadas necessidades de ajustes nos mecanismos do programa em função de alterações nas legislações e normativas externas, do surgimento de novos riscos para os negócios, da alteração dos objetivos da Companhia, de situações não previstas ou ainda de possíveis falhas na execução do programa.

- Controles de Compliance: realização de testes preventivos em temas previstos em normas internas, com apontamento de necessidades de aprimoramento de processos corporativos nas questões de conformidade com requisitos e normas. São ainda aplicados procedimentos antifraude em áreas e em processos corporativos, nos quais forem identificadas vulnerabilidades em relação aos riscos de fraude e de corrupção.
- Reporte periódico à Administração e aos Conselhos e Comitês pertinentes dos relatórios sobre os assuntos tratados em função do Programa de Integridade, dentre eles, o relatório de Riscos Corporativos, de Controles Internos e de Compliance, além do Relatório do Canal de Denúncias.
- Apuração das Denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias. Realizada sob responsabilidade da Diretoria de Governança, Risco e Compliance e com absoluto sigilo, a apuração pode ser executada pela equipe de Compliance especializada ou pela equipe de investigadores externos. Todo o processo é monitorado pelo Comitê de Ética, pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Auditoria Estatutário.
- Estabelecimento formal e padronizado de medidas disciplinares com abrangência à toda Companhia em caso de violação das normas e regras presentes no Programa de Integridade.
- Avaliações externas do Programa: a Copel participa anualmente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, que, entre outros aspectos, avalia questões como governança corporativa e temas relacionados à integridade dentro da Companhia. Também participa no Pró-Ética, relacionado ao funcionamento do Programa de Integridade e que constitui uma das principais ferramentas para aprimoramento do programa e para definições de novas metas.
- Autoavaliação periódica do Programa realizada anualmente por meio de metodologia própria. A autoavaliação é um instrumento complementar para avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações do Programa. Similar às avaliações externas, o método identifica com amplitude todos os detalhes do funcionamento do programa relacionando com aspectos legais e de melhores práticas.

## 2.2.2. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos pela Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Copel Comercialização possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 08.03.2021, para prestação de serviços de auditoria. Os trabalhos necessários à avaliação do ano fiscal se estenderão até 07.09.2022, data que corresponderá ao seu termo, podendo ser prorrogado por mais 42 meses.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

## 2.3. Dimensão Social

Considerando-se que a Copel é a maior empresa do Paraná, que fornece serviço essencial e possui operações vultosas, o impacto das operações é significativo, principalmente sobre as comunidades locais, seja devido a essas características ou ao investimento social e filantrópico realizado.

A Copel Comercialização, através de sua Controladora, desenvolve outras ações voltadas às comunidades dentro do escopo da sustentabilidade empresarial e de forma corporativa. A contínua comunicação dos resultados obtidos com essa gama de iniciativas permite o estabelecimento de estratégias de atuação, identificação de oportunidades e a proposição de melhorias.

### 2.3.1. Responsabilidade Social

O desempenho socioambiental ético é um compromisso da Copel Comercialização, que orienta suas atividades pelo conceito de responsabilidade social.

A Companhia considera as expectativas das partes interessadas em suas decisões e busca alternativas que promovam o bem estar social consoante à legislação, às normas internacionais de comportamento e

agendas de desenvolvimento reconhecidas mundialmente como é o caso da Agenda 2030 da Organização Mundial das Nações Unidas - ONU, que estabelece 17 objetivos e 169 metas para o alcance o desenvolvimento sustentável.

### **Direitos Humanos**

A Copel Comercialização, comprometida com o respeito aos Direitos Humanos e alinhada aos Princípios Orientadores da ONU sobre empresas e Direitos Humanos, entende que é sua responsabilidade respeitar os direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de prevenir e mitigar violações que venham a ocorrer em sua esfera de influência.

Nesse sentido, a Copel Comercialização prevê uma série de diretrizes relacionadas em suas normativas, promove ações com as suas partes interessadas e produz materiais específicos, conforme os riscos e as oportunidades que identifica. A Companhia também tem representação no Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Rede Brasil do Pacto Global, o que permite o compartilhamento de experiências com outras empresas e a mantém atualizada em relação às melhores práticas de Sustentabilidade.

### **Política de Direitos Humanos**

Formaliza as diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações que possam ocorrer na Companhia, em sua cadeia produtiva ou em comunidades impactadas. A partir dela e de uma metodologia própria de identificação de riscos em direitos humanos, estão previstos desdobramentos nas diversas áreas de atuação da Companhia.

### **Programa da Diversidade**

A Copel adota diversas iniciativas, através da Comissão Permanente de Diversidade, no sentido de promover a diversidade de gênero, raça/cor, idade, religião e orientação sexual, bem como a inclusão de deficientes, migrantes e refugiados, criando um ambiente de trabalho inclusivo e colaborativo através do

### **Programa da Diversidade**

O programa abrange diversas iniciativas como a adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do governo federal; as Salas de Amamentação em algumas unidades; aprimoramento de ações para acessibilidade estrutural em seus imóveis e acessibilidade atitudinal, abordando as relações interpessoais e monitoramento periódico de indicadores.

### **Investimento Social**

Os investimentos sociais são feitos por meio de incentivos fiscais, do Prêmio Copel de Sustentabilidade (Troféu Susie Pontarolli) e das ações de filantropia, estruturadas para atender situações de crises sociais ou ambientais, visando a promover o desenvolvimento sustentável em todas as dimensões do conceito de sustentabilidade - social, ambiental, econômica e cultural.

### **Engajamento das partes interessadas**

Ciente da responsabilidade que a Companhia tem diante da sociedade, a Copel Comercialização promove o

engajamento das partes interessadas de várias formas, como: Programa Eletricidadania, no qual os empregados têm a possibilidade de utilizar, de forma voluntária e espontânea, até 8 horas do seu tempo de trabalho profissional, a cada dois meses, para a realização de atividades de ação social ou de interesse comunitário; Museu Regional do Iguaçu e Espaço Energia, que recebe o público em suas instalações, subestações e espaços mantidos com foco em ações educativas; entre tantos outros programas desenvolvidos pelas subsidiárias junto às comunidades locais.

### **2.3.2. Gestão de Pessoas**

A Copel Comercialização possuía 44 empregados no quadro próprio em 31.12.2021 e 42 em 31.12.2020. A taxa de rotatividade foi de 1,2% em 2021 e 1,34% em 2020. Durante o mesmo período, 3 empregados foram transferidos de outras subsidiárias da Copel.

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho - PPD; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel e os Jogos Internos; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas e complementação de auxílio doença. Os empregados podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é patrocinadora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

A Copel Comercialização também lançou recentemente o Programa de Home Office, que adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo os empregados podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância.

Em 2021 foi dado um foco maior à saúde mental e, por isso, foi criado o programa Plenamente, a partir da necessidade identificada de propiciar orientação e suporte aos empregados, especialmente devido aos impactos e efeitos da pandemia causada pela Covid-19. Os workshops oferecidos e a Trilha de Aprendizagem do Plenamente trazem informações sobre saúde psicoemocional, equilíbrio emocional, conceitos e preconceitos. E, por meio de uma parceria com a Fundação Copel e seu programa EquilibradaMente, é oferecido suporte psicológico 24 horas por dia para os copelianos.

Ainda pensando no cuidado com os empregados, a Companhia criou a Unidade de Atenção Primária à

Saúde (APS), no polo Km3. O posto de atendimento é o local onde os empregados podem realizar exames primários e periódicos de saúde, com foco na prevenção, além de atendimentos odontológicos profiláticos. A APS conta com salas de consulta médica e odontológica, sala de coleta de exames, farmácia, sala de atendimento ginecológico e de estabilização, para casos de urgência. O benefício se estende aos familiares e não cobra coparticipação.

- **Remuneração**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD). A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o montante é distribuído de forma igualitária a todos os empregados, de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, a Lei Estadual nº 16.560/2010 e o Decreto Estadual nº 1.978/2007, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 6205/2020. O PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). A proporção entre o menor salário praticado pela Copel em dezembro de 2021 (R\$ 2.173,37) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 1.100,00) era de 1,98 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Relações trabalhistas**

Em conjunto com sua Controladora, a Copel Comercialização se relaciona com os sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões trimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. Especificamente durante o período da pandemia da Covid-19, a Copel e os sindicatos mantiveram reuniões semanais para acompanhamento e monitoramento dos casos entre os empregados.

- **Avaliação de desempenho**

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel Comercialização é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período.

A partir do ciclo 2021, o Nossa Energia passou por uma revitalização com o apoio da Fundação Instituto de Administração - FIA. A condução deste projeto teve como pontos centrais a revisão de um Sistema de Gestão de Pessoas com base em competências, estimulando a cultura meritocrática e considerando critérios de avaliação relacionados aos eixos de atuação, competências e nível de complexidade do profissional. A revitalização do programa teve como foco o incentivo ao desenvolvimento profissional e

protagonismo dos copelianos.

- **Desenvolvimento de Pessoal**

O desenvolvimento profissional na Copel Comercialização é orientado pelo resultado da avaliação das competências, oriundas do programa de gestão por competências, que define as entregas esperadas dos empregados e da identificação das necessidades de treinamento vindas das áreas. Para a realização de programas corporativos, conta-se com o apoio da UniCopel - Universidade Corporativa Copel. Esses são caracterizados por ações de educação e comunicação focados em temas específicos.

Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2021:

- **Programas para cibersegurança e segurança de dados pessoais:** foram capacitados todos os empregados em 2021, além de diretores e estagiários, em conceitos para a promoção da segurança digital, por meio dos treinamentos de conscientização em cibersegurança e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, iniciando uma prática contínua de aprendizado voltado a esse tema.
- **Programa de Capacitação em Gerenciamento de Projetos:** contou com empregados da Copel como professores, evidenciando e reconhecendo a qualidade técnica desses profissionais. Promoveu-se, ainda, curso preparatório para certificação PMI, elevando o nível de especialização dos profissionais que gerenciam e/ou gerenciarão projetos na Copel.
- **Outras ações:** temas de diversidade também entraram na agenda de treinamentos anuais. Em 2021, foram realizadas ações de conscientização e sensibilização para empregados e público externo, das quais destacam-se o treinamento Diversidade e Inclusão: pessoas LGBTI+ e ambiente de trabalho e o treinamento “Por que precisamos falar sobre racismo?”. Destaca-se também os eventos ExataMente: meninas e mulheres nas exatas, iniciativa que visou incentivar meninas a conhecerem as carreiras em exatas por meio de palestras, ministradas pelas engenheiras da Copel e o evento Raio-X dos homens: uma conversa sincera sobre masculinidade, voltado ao quadro da Companhia.
- **Aprendizado contínuo:** no último ano foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os empregados promovendo a atualização no seu escopo de trabalho. Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância; a execução do programa de capacitação em língua estrangeira para os empregados que utilizam outro idioma em suas atividades de trabalho; o investimento em cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016. Essas parcerias concedem descontos ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.

- **Trilhas de aprendizagem:** consiste em compartilhamento de conhecimento dos empregados para os empregados. Caracteriza-se como uma abordagem dinâmica e simples, uma vez que dá autonomia aos produtores na elaboração e publicação do material. Em 2021, foram publicadas as trilhas de Planejamento Estratégico, Plenamente, Nossa Energia e Gestão de contratos. As trilhas ficam disponíveis a todos os empregados e pode ser acessada também do celular.

### **2.3.3. Fornecedores**

Como a Controladora é uma sociedade de economia mista, a Copel Comercialização está sujeita à Lei Federal nº 13.303/16 e ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos, que restringem as ações de seleção de fornecedores. No entanto, além das obrigações legais, a Companhia usa, como critérios principais na seleção de fornecedores, o atendimento à legislação trabalhista e o respeito aos direitos humanos, à idoneidade fiscal e ao compromisso ambiental.

Os critérios são definidos nos editais de licitação, cláusulas contratuais, manuais de cadastramento de fornecedores e no Código de Conduta, além de normas e manuais técnicos permanentemente disponíveis aos interessados no site da organização. Os fornecedores da Copel Comercialização são incluídos no Programa de Integridade da Companhia através de workshops, palestras e eventos sobre as medidas e normas anticorrupção.

Os contratantes também têm acesso ao Manual do Fornecedor da Copel, recebido na assinatura do contrato e comprometem-se, através do Termo de Ciência e Comprometimento, com os princípios e diretrizes da Companhia. Além disso, os fornecedores são incluídos na Política de Sustentabilidade da Copel, pela qual a Companhia reconhece as melhores iniciativas através do Prêmio Copel de Sustentabilidade - Troféu Susie Pontarolli.

Caso haja impactos negativos praticados por fornecedores que firmam o instrumento contratual, o gestor de contratos tem o dever de avaliar as sanções administrativas pertinentes, que podem ser de advertência, e/ou multa, rescisão contratual, e/ou suspensão temporária (processo administrativo independente).

### **2.4. Dimensão Ambiental**

As diretrizes ambientais da Companhia, aplicáveis a empregados próprios, terceirizados e fornecedores, foram construídas com base nos conceitos de ecoeficiência, que preconizam o desenvolvimento de projetos que aproveitem adequadamente os recursos naturais e permitam a disseminação das boas práticas e dos valores da Copel Comercialização.

Com o propósito de acompanhar as boas práticas e a qualidade de gestão ambiental, a Copel Comercialização, através de sua Controladora, adota uma série de indicadores, acompanhados periodicamente pelas áreas ambientais da Companhia, entre os quais destacam-se emissões atmosféricas e de gases de efeito estufa (GEE), resíduos, consumo de recursos naturais (ecoefficiência: água, energia, combustíveis, papel) e monitoramento ambiental (ictiofauna, efluentes e vegetação).

### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### 3.1. Análise macroeconômica

A economia brasileira iniciou 2021 com diversos sinais de recuperação, contrastando com a queda de 3,9% observada no produto interno bruto de 2020. Após dois anos consecutivos de perdas, a produção industrial registrou avanço de 3,9% no ano, influenciado pelos resultados do segmento de bens de capital.

A queda do número de casos e de óbitos, decorrentes da crise sanitária, o fim das medidas de isolamento social e a gradual recuperação da mobilidade urbana aumentaram a demanda por serviços, se refletindo no aumento das vagas de trabalho formal e consequente redução das taxas de desemprego, que encerram o ano em percentuais abaixo do verificado em 2020, porém, acima do período pré-pandemia.

Por outro lado, o indicador oficial de inflação encerrou 2021 acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e o maior valor em seis anos. Com a pressão inflacionária, a taxa básica de juros sofreu consecutivas elevações, atingindo o mesmo patamar observado em setembro de 2017. Dentro deste contexto, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país encerrou o ano com expansão acima de 4,6%, segundo dados do IBGE.

Apesar das restrições impostas à atividade econômica para contenção da pandemia do Covid-19 presentes ainda em 2021, o desempenho da economia paranaense apresentou trajetória de recuperação, em linha com a economia brasileira. O setor industrial foi o que mais alavancou o resultado do PIB estadual, sendo que a produção da indústria paranaense registrou crescimento muito acima do observado na média nacional.

Além disso, as vendas do comércio também apresentaram expansão no acumulado do ano, revertendo os resultados desfavoráveis do ano anterior. O Estado também se consolidou como a quarta unidade da federação que mais criou empregos formais durante o ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho. Por outro lado, há um efeito negativo intenso na produção agrícola devido à estiagem prolongada, escassez hídrica e altas temperaturas que deverão impactar na consolidação das contas trimestrais do Estado de 2021.

### 3.2. Ambiente regulatório

Pode-se considerar que o ano de 2021 foi uma extensão do ano de 2020 em virtude da continuação das medidas de enfrentamento do Covid-19, além do avanço de discussões de reformas no setor de energia elétrica e gás natural. Cabe destacar o cenário de escassez hídrica com o qual o Brasil se deparou, decorrente das piores sequências hidrológicas de todo o histórico de vazões dos últimos 91 anos.

Quanto à permanência das medidas de enfrentamento do Covid-19, pode-se destacar a conversão da Medida Provisória nº 998 na Lei nº 14.120/2021, que estabeleceu alterações importantes nas regras do setor elétrico tanto para a modernização do setor como também para atenuar efeitos ao consumidor em razão dos auxílios concedidos às empresas, decorrentes da pandemia.

Dentre as regras alteradas pela Lei nº 14.120/2021 para mitigar o impacto na economia decorrente do Covid-19, destaca-se a transferência de recursos destinados a programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de eficiência energética -EE não comprometidos com projetos para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, entre os anos 2021 e 2025. Não obstante à destinação de recursos à conta CDE, a lei estabeleceu regra de transição para a exclusão dos incentivos a novos empreendimentos de geração de fontes renováveis, retirando o direito à redução das tarifas de uso dos sistemas de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) para usinas com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada, sendo mantidos apenas para empreendimentos que solicitarem outorga, no prazo de até doze meses, contados a partir de 02.03.2021, e que iniciarem a operação de todas as suas unidades geradoras no prazo de até quarenta e oito meses, contados da data da outorga. Em relação a novos empreendimentos de geração hidrelétrica com potência até 30 MW, o direito ao desconto nas tarifas foi mantido em 50% por cinco anos adicionais e em 25% por outros cinco anos, contados a partir de 02.03.2021. A este respeito, o Governo Federal regulamentou o tema por meio do Decreto nº 10.893/2021, dispensando a exigência de apresentar documento que atesta a viabilidade de conexão no sistema de transmissão e/ou distribuição dos empreendimentos de geração com base em fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada que solicitarem a outorga até 02.03.2022.

Em busca de retomar as ações no âmbito do Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico, a Lei nº 14.120/2021 estabeleceu prazo para o Governo Federal definir diretrizes para a implementação de mecanismos para a consideração dos benefícios ambientais, em consonância com mecanismos para a garantia da segurança do suprimento e da competitividade. Adicionalmente, incluiu a previsão de contratação de reserva de capacidade, na forma de potência, regulamentada pelo Decreto nº 10.707/2021, com o objetivo de garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica e a previsão legal para a suspensão do fornecimento de energia elétrica de consumidores no mercado livre.

Quanto ao cenário de escassez hídrica, motivou a adoção de diversas medidas por parte do Governo Federal, destacando a edição da Medida Provisória nº 1.055/2021, a qual criou a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, instituída com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual

situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no Brasil.

Competia à Câmara decidir sobre a homologação das deliberações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE relacionadas às medidas emergenciais destinadas ao suprimento eletroenergético, de forma a atribuir obrigatoriedade de cumprimento dessas deliberações pelos órgãos e pelas entidades competentes.

Dentre as medidas adotadas pela CREG, destaca-se a instituição do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B do mercado regulado, a implementação da Bandeira Tarifária patamar Escassez Hídrica e a determinação de contratar energia de reserva mediante realização de Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade, com período de suprimento entre 2022 e 2025. A CREG teve seu prazo de vigência encerrado em 07.11.2021.

Por fim, em 13.12.2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078/2021, que possibilita a estruturação de operações de crédito, utilizando a CDE para sua amortização, assim como havia ocorrido com a conta-Covid. A MP prevê atenuar o descasamento entre as receitas arrecadadas pela tarifa e os custos de geração da energia através de recursos destinados às distribuidoras para equacionar esses custos. Tais condições foram regulamentadas por meio do Decreto nº 10.939/2022. Além disso, a MP também prevê a instituição de bandeira tarifária extraordinária, caso necessário.

No âmbito legislativo, as propostas para o aprimoramento do arcabouço legal e regulatório do Setor Elétrico foram tramitadas no Congresso Nacional, em especial os Projetos de Lei - PL nº 1.917/2015 e PLS nº 232/2016, que dispõem sobre questões como o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica.

Em relação ao PLS nº 232/2016, em 10.02.2021 o Senado Federal aprovou em plenário o projeto, submetendo à revisão da Câmara dos Deputados, alterando a referência do projeto para PL nº 414/2021. Com relação ao PL nº 1.917/2015, em 27.09.2021 o relator apresentou parecer favorável à aprovação do projeto, o qual foi complementado em 17.11.2021. Em 14.12.2021, a Comissão Especial do PL aprovou o parecer do relator, sendo aberto prazo para interposição de recurso, conforme regimento interno da Câmara dos Deputados.

Outros temas também ganharam destaque em 2021. Primeiramente podemos citar a aprovação do Projeto de Lei nº 5.829/2019, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE e o Programa de Energia Renovável Social - PERS, convertida na Lei nº 14.300/2022, dispondo das regras definitivas e transitórias para a composição das unidades consumidoras com geração distribuída com potência instalada de menor do que 5 MW, além de estabelecer ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE a competência de definir as diretrizes para valoração dos custos e dos benefícios da microgeração e minigeração distribuída.

Ao longo do ano também foi destaque a Lei nº 14.182/2021, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobrás e dá outras providências, como, por exemplo, a determinação de contratação de reserva de capacidade proveniente de usinas termelétricas a gás natural em diversas regiões do Brasil e a destinação, de no mínimo 50%, da demanda declarada pelas distribuidoras às centrais hidrelétricas até 50 MW nos leilões A-5 e A-6.

Outro tema que se destacou em razão da crescente onda de ataques cibernéticos foi a publicação da resolução nº 24/2021 pelo CNPE, aprovando as Diretrizes sobre Segurança Cibernética para o Setor Elétrico, conforme estabelecido na Resolução CNPE nº 1, de 10.02.2021, considerando os aspectos de prevenção, tratamento, resposta e resiliência sistêmica. Especificamente na Aneel este tema foi discutido através da Consulta Pública 007/2021 que em 2021 teve duas fases para contribuições. Na mesma linha, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 964/2021 que dispõe sobre a política de segurança cibernética a ser adotada pelos agentes do setor de energia elétrica, indicando as diretrizes para a atuação e o escopo mínimo a ser contemplado nas suas políticas de segurança cibernética.

Por fim, no ano de 2021 a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 948/2021, de 16.11.2021, também realizou a consolidação dos atos normativos relativos à pertinência temática “Regulação Econômico-Financeira - Regulamentação das operações”, após a realização da Audiência Pública nº 27/2021, revogando 8 atos normativos que foram consolidados em nova estrutura dividida em módulos e contendo temas sujeitos a anuência prévia da agência, tais como alterações de atos constitutivos, constituição de garantias, transferência de controle societário, operação com bens, atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas, dentre outros.

### **Comercialização**

De acordo com o cronograma estabelecido pela Portaria nº 514/2018, o ano de 2022 iniciou com a redução do limite de carga dos consumidores para contratação de energia elétrica proveniente de qualquer fornecedor de 1,5 para 1,0 MW, com o objetivo de promover a expansão do Mercado Livre de Energia.

Complementarmente, este cronograma estabeleceu a apresentação de estudo coordenado pela Aneel e pela CCEE sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024.

Diante disso, a Aneel realizou a abertura da Tomada de Subsídios nº 10/2021, a qual recebeu dos agentes e da sociedade contribuições para o desenvolvimento desse estudo. A CCEE, consecutivamente, disponibilizou uma Nota Técnica abordando uma proposta conceitual para a abertura do mercado de modo a subsidiar e fomentar as discussões atinentes ao tema, abrangendo diversos tópicos como, por exemplo, a figura do supridor de última instância e a comercialização varejista.

Ao longo de 2021, a Aneel realizou diversas alterações nas Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, através basicamente de mudanças nos seus módulos, com a CCEE, quando cabível, devendo realizar o processamento das recontabilizações em

conformidade com o disposto nas regras aprovadas. As alterações foram realizadas através das Resoluções Normativas nº 924/2021, nº 946/2021 e 960/2021.

Em dezembro de 2021, por meio da Resolução Normativa nº 957/2021, a Aneel aprovou a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, como resultado da consolidação dos atos normativos relacionados às pertinências temáticas “Convenção de Comercialização de Energia Elétrica” e “Mercado Atacadista de Energia”, estabelecendo as condições de comercialização de energia elétrica e as bases de organização, funcionamento e atribuições da CCEE.

Adicionalmente, o ano de 2021 foi marcado pela apresentação por parte da CCEE de propostas com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do mercado de energia elétrica. Desse modo, a Câmara elaborou uma Nota Técnica com propostas de aprimoramento no monitoramento do mercado de energia elétrica, como também na regulação da comercialização de energia elétrica, sugerindo a adoção de novos procedimentos para identificar riscos ao mercado e apurar indícios de condutas anômalas, consubstanciada pelas práticas e pelos princípios adotados no mercado financeiro. A referida Nota Técnica propõe à Aneel a abertura de Audiência Pública sobre o tema.

Por fim, a CCEE encaminhou à Aneel uma Nota Técnica propondo a abertura de consulta pública sobre aprimoramentos nos modelos de salvaguardas financeiras e mecanismos mitigadores de perdas decorrentes da inadimplência no Mercado de Curto Prazo - MCP, com proposições para reforçar a estrutura de salvaguardas através de mecanismos que seriam acionados de forma sequencial, em um modelo de cascata, que considera seis camadas e que todos os envolvidos devem ter uma parcela de responsabilidade pela segurança financeira do mercado, inclusive a CCEE na condição de provedora da infraestrutura de liquidação financeira do MCP. As seis camadas dessa proposta de melhoria na estrutura de salvaguarda financeira são: (i) Garantia financeira individual pré-constituída; (ii) Cota fixa e variável do agente inadimplente do Fundo de Liquidação; (iii) Corte de contratos das contrapartes do agente inadimplente; (iv) Cota CCEE do Fundo de Liquidação; (v) Cota fixa e cota variável dos demais agentes do Fundo de Liquidação; e (vi) Loss Sharing ou rateio da inadimplência entre os credores da contabilização e liquidação do MCP..

### 3.2.1. Fluxo de Energia

#### Fluxo de Energia (em % e GW/hora)

Fluxo de Energia	2021	2020	Variação %
Copel GeT	13.031	7.275	79,1
CCEE (MCP)	12	97	(87,6)
Elejor	87	-	100,0
Outros	10.062	5.077	98,2
<b>Disponibilidade Total</b>	<b>23.192</b>	<b>12.449</b>	<b>86,3</b>
Consumidores Livres	8.240	4.620	78,4
Contratos Bilaterais	11.338	6.984	62,3
Contratos Bilaterais (Empresas do grupo) <sup>1</sup>	3.533	516	584,7
CCEE (MCP)	81	329	(75,4)

<sup>1</sup> Inclui Copel GeT e Eólicas.

### 3.2.2. Comercialização

A Companhia possui uma carteira com 1.327 clientes atendidos, em 23 estados brasileiros, atingindo aproximadamente a quantia de 2,6 GW médios de energia comercializados na CCEE, passando a ocupar a 1ª posição no ranking em volume de energia elétrica comercializada em 2021, o que representa um aumento de 87% em relação ao ano anterior.

Em 2021, a Copel Mercado Livre participou com resultado positivo no 26º leilão Aneel de energia existente A -1 para os períodos de 2022 e 2023, resultando em dois contratos com as distribuidoras do submercado Nordeste. A Companhia também contratou um seguro de crédito, visando mitigar o risco de crédito e tornando sua carteira de recebíveis mais robusta.

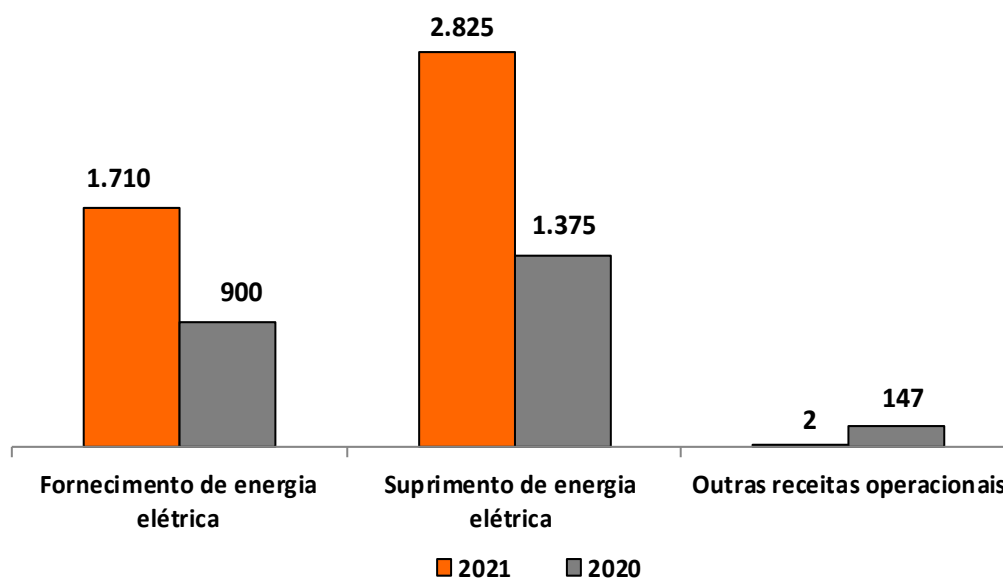
Acompanhando o mercado de serviços nacional, a Copel Mercado Livre aprimorou o produto Simplifique, adicionando o serviço de telemetria, onde possibilita ao cliente acompanhar on line de seus contratos de energia.

Em dezembro de 2021, a Copel Mercado Livre realizou o Leilão de Compra de Certificados de I-REC contratando certificados de fontes hidráulica e eólica. Esses certificados de energia renovável propiciam ao cliente contabilização confiável para comprovação de emissões do Escopo 2 – emissões indiretas causadas pelo consumo de energia elétrica comprada da grade do Sistema Interligado Nacional - SIN e proveniente de fontes renováveis. Ao adquirir a energia com certificado, a empresa pode comprovar a origem da energia consumida e divulgar junto aos seus clientes, agregando assim, valor ao produto ou ao serviço fornecidos. Essa iniciativa está alinhada ao ODS7 da agenda 2030 e é um dos ODS priorizados pelo grupo Copel.

## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

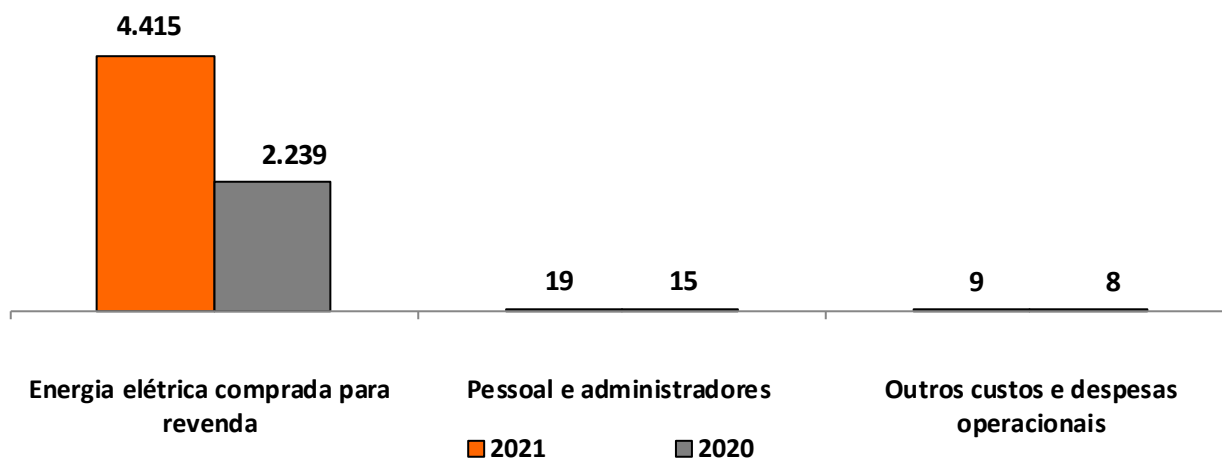
### 4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2021, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 2.115,8 milhões, representando 87,4% de aumento em relação a 2020. Tal variação decorreu principalmente do crescimento das operações de comercialização nesse exercício.



### 5.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2021, os custos e despesas operacionais tiveram acréscimo de R\$ 2.216,4 milhões, representando 98,0% em relação a 2020. O acréscimo decorreu, sobretudo, ao maior volume de energia elétrica comprada para revenda.



## 4.2. EBITDA ou LAJIDA

O Ebitda é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Em R\$ milhões	2021	2020
Lucro líquido	53,7	111,9
IRPJ e CSLL diferidos	(3,2)	49,4
IRPJ e CSLL	21,4	8,6
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(13,9)	(11,4)
<b>Lajir/Ebit</b>	<b>58,0</b>	<b>158,5</b>
Depreciação e Amortização	0,2	0,1
<b>Lajida/Ebitda</b>	<b>58,2</b>	<b>158,6</b>
Receita Operacional Líquida - ROL	4.536,4	2.420,7
<b>Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)</b>	<b>1,3%</b>	<b>6,6%</b>

O Ebitda da Companhia, em 2021, foi de R\$ 58,2 milhões, apresentando decréscimo de R\$ 100,4 milhões em relação a 2020. A variação decorreu principalmente da redução de R\$ 173 milhões de reconhecimento do valor justo sobre as operações de compra e venda de energia designadas como instrumentos financeiros derivativos, tendo em vista a maior variação na curva de preços futuro e a maior taxa que desconta o fluxo a valor presente, compensado pela maior margem de vendas no período decorrente do aumento do volume comercializado e do número de clientes.

## 4.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 2,6 milhões devido, principalmente, ao aumento do rendimento de aplicações financeiras.

## 4.4. Lucro Líquido

Em 2021, o lucro líquido foi de R\$ 53,7 milhões, sendo 52,0% inferior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 111,9 milhões. A variação se deve, basicamente, pelo menor resultado reconhecido de valor justo sobre as operações de compra e venda de energia designadas como instrumentos financeiros derivativos, compensado pela maior margem de vendas no período decorrente do aumento do volume comercializado e do número de clientes.

## 5. PANDEMIA DE COVID-19

A alta administração da Copel atuou de forma tempestiva para lidar com a continuidade da pandemia em 2021, tendo encontrado amparo na robusta estrutura de governança corporativa para a tomada de decisão e gestão da crise.

Desde o início da crise sanitária, a Copel mantém um comitê que avalia periodicamente as ações a serem tomadas considerando o grau de risco de contaminação dentro e fora de suas instalações, bem como as condições de segurança para a saúde dos empregados, incluindo o monitoramento dos dados de vacinação. Além disso, o tema é tratado no âmbito do Conselho Fiscal e do Comitê de Indicação e Avaliação, respectivamente, a cada dois e a cada três meses.

Foram emitidas normas visando garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. A Comissão de Contingência seguiu monitorando e atuando sobre os pilares de segurança das pessoas; continuidade das atividades essenciais; monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores e preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Durante o ano de 2021, a Companhia seguiu em regime de teletrabalho nas áreas em que foi possível adotar esse formato, com restrições de viagens, realização de reuniões por videoconferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem-estar dos empregados e adoção de protocolos de contingência, de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, porém preservando a saúde de seus profissionais.

Durante a pandemia, o primeiro cuidado da Copel com sua saúde econômico-financeira foi com a preservação do caixa, tendo em vista a desaceleração da atividade econômica global como consequência das restrições relacionadas ao distanciamento social e isolamento obrigatório.

Houve preocupação especial com a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como com as negociações com o poder concedente para a implementação de diretrizes que garantissem a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração e transmissão de energia elétrica. Com a avaliação constante e sistemática dos impactos, a Copel pôde implementar as medidas necessárias para a continuidade das operações no período de redução do consumo e impacto da inadimplência, com vistas à preservação do fluxo de caixa.

Em janeiro de 2022, com 95% do quadro funcional já tendo tomado a primeira dose, dentre os quais 82% com duas doses ou dose única, a Diretoria deliberou pelo retorno de todos os empregados às dependências físicas da Copel no início do exercício, possibilitando o regime híbrido estabelecido no Programa de Home Office, no qual prevê no mínimo um dia e no máximo quatro dias em teletrabalho.

## Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	143.476	17.249
Títulos e valores mobiliários	5	1.459	1.375
Clientes	6	460.261	276.158
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	112.057	51.359
Outros créditos	7	4.710	4.305
Imposto de renda e contribuição social	8	32.835	32.967
Outros tributos a recuperar	8	372	7.258
Despesas antecipadas		57	15
Partes relacionadas		-	9
		<b>755.227</b>	<b>390.695</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Depósitos judiciais	9	14.004	16.724
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	743.718	638.172
Outros créditos	7	151	5.333
		<b>757.873</b>	<b>660.229</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>306</b>	<b>225</b>
<b>Intangível</b>		<b>4.038</b>	<b>1.833</b>
<b>Direito de uso de ativos</b>		<b>1.574</b>	<b>118</b>
		<b>763.791</b>	<b>662.405</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.519.018</b>	<b>1.053.100</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (continuação)

em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	10	6.467	5.579
Partes relacionadas		261	257
Fornecedores	11	445.677	221.518
Outras obrigações fiscais	8	9.062	3.144
Dividendos a pagar	16.4	20.785	29.803
Benefícios pós-emprego	12	77	56
Passivo de arrendamentos		70	34
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	106.889	35.298
Outras contas a pagar	13	19.207	8.691
		<b>608.495</b>	<b>304.380</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	76.690	79.653
Outras obrigações fiscais	8	353	278
Benefícios pós-emprego	12	2.858	3.292
Passivo de arrendamentos		1.545	86
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	438.580	308.108
Outras contas a pagar	13	20	20
Provisões para litígios	14	612	361
		<b>520.658</b>	<b>391.798</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Atribuível aos acionistas da empresa controladora</b>			
Capital social	15.1	237.210	159.090
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	27.680
Ajustes de avaliação patrimonial	15.2	(1.015)	(1.437)
Reserva legal	15.3	17.375	14.689
Reserva de retenção de lucros	15.3	102.684	128.025
Reserva de lucros a realizar		22.777	28.875
Dividendo adicional proposto	15.4	10.834	-
		<b>389.865</b>	<b>356.922</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.519.018</b>	<b>1.053.100</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	16	<b>4.536.414</b>	<b>2.420.657</b>
<b>Custos Operacionais</b>	17	<b>(4.464.431)</b>	<b>(2.250.196)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>71.983</b>	<b>170.461</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>			
Despesas com vendas	17	(511)	(839)
Despesas gerais e administrativas	17	(12.582)	(10.948)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	(915)	(70)
Resultado da equivalência patrimonial		-	(93)
		<b>(14.008)</b>	<b>(11.950)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>57.975</b>	<b>158.511</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	18		
Receitas financeiras		14.151	11.469
Despesas financeiras		(211)	(96)
		<b>13.940</b>	<b>11.373</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>71.915</b>	<b>169.884</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	8.4		
Imposto de renda e contribuição social		(21.371)	(8.577)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.182	(49.370)
		<b>(18.189)</b>	<b>(57.947)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>53.726</b>	<b>111.937</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais</b>	15.5		
Ações ordinárias		0,25323	0,92112

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>53.726</b>	<b>111.937</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	15.2		
Ganhos com passivos atuariais			
benefícios pós-emprego		639	734
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(217)	(250)
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos</b>		<b>422</b>	<b>484</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>54.148</b>	<b>112.421</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>		45.459	25.385	(1.921)	9.092	32.092	133.016	-	-	243.123
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	111.937	111.937
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais, líquidas de tributos	15.2	-	-	484	-	-	-	-	-	484
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		-	-	484	-	-	-	-	111.937	112.421
Recebimento de adiantamento		-	31.180	-	-	-	-	-	-	31.180
Aumento de capital		113.631	(28.885)	-	-	-	(84.746)	-	-	-
Realização de reservas		-	-	-	-	(3.217)	-	-	3.217	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(3.217)	(3.217)
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	15.3	-	-	-	5.597	-	-	-	(5.597)	-
Dividendos	15.4	-	-	-	-	-	-	-	(26.585)	(26.585)
Reserva de retenção de lucros	15.3	-	-	-	-	-	79.755	-	(79.755)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		159.090	27.680	(1.437)	14.689	28.875	128.025	-	-	356.922
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	53.726	53.726
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	15.2	-	-	422	-	-	-	-	-	422
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		-	-	422	-	-	-	-	53.726	54.148
Recebimento de adiantamento		-	2.170	-	-	-	-	-	-	2.170
Aumento de capital	15.1	78.120	(29.850)	-	-	-	(48.270)	-	-	-
Realização de reservas		-	-	-	-	(6.098)	-	-	6.098	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(6.098)	(6.098)
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	15.3	-	-	-	2.686	-	-	-	(2.686)	-
Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	-	-	(17.277)	(17.277)
Dividendos	15.4	-	-	-	-	-	-	10.834	(10.834)	-
Reserva de retenção de lucros	15.3	-	-	-	-	-	22.929	-	(22.929)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		237.210	-	(1.015)	17.375	22.777	102.684	10.834	-	389.865

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		53.726	111.937
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais</b>			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		(348)	(359)
Imposto de renda e contribuição social	8.3	21.371	8.577
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	(3.182)	49.370
Resultado da equivalência patrimonial		-	93
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	12.4	1.950	1.829
Valor justo nas operações de compra e venda de energia		35.818	(137.462)
Depreciação e amortização	17	234	75
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	17	806	900
Resultado das baixas de imobilizado		-	12
		<b>110.375</b>	<b>34.972</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		(184.614)	(117.670)
Depósitos judiciais		3.185	(3.145)
Outros créditos		4.777	(9.220)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(5.050)	255
Outros tributos a recuperar		(38)	4.975
Despesas antecipadas		(42)	(12)
Partes relacionadas		9	(9)
		<b>(181.773)</b>	<b>(124.826)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas		888	2.993
Partes relacionadas		4	(7)
Fornecedores		224.159	68.481
Outras obrigações fiscais		15.507	595
Benefícios pós-emprego	12.4	(1.724)	(1.593)
Outras contas a pagar		10.517	6.428
Provisões para litígios quitadas	14	(44)	(3)
		<b>249.307</b>	<b>76.894</b>
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
		<b>177.909</b>	<b>(12.960)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.371)	(8.577)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos		(114)	(4)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
		<b>156.424</b>	<b>(21.541)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		(84)	(49)
Aquisições de imobilizado		(126)	(203)
Aquisições de intangível		(2.300)	(1.741)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
		<b>(2.510)</b>	<b>(1.993)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		2.170	31.180
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(55)	(22)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(29.802)	(88)
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
		<b>(27.687)</b>	<b>31.070</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b>126.227</b>	<b>7.536</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	17.249	9.713
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	143.476	17.249
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b>126.227</b>	<b>7.536</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **em 31 de dezembro de 2020** **em milhares de reais**

### **1. Contexto Operacional**

A Copel Comercialização S.A., (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia e prestação de serviços correlatos.

#### **a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos**

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, a Companhia tem acompanhado as projeções da carga de energia e não observa sinais de retração significativos no início de 2021, o que pode vir a ocorrer caso as restrições estabelecidas impactem as atividades industriais e comerciais não essenciais por um longo prazo.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração e comercialização de energia elétrica.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Companhia está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

## **2. Base de Preparação**

### **2.1 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29.03.2022.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### 2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros.

#### 2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 6.1 - Redução ao valor de recuperável de ativos financeiros;
- NEs nºs 3.3 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NE nº 3.4 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.5 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- NEs nºs 3.6 e 19.2.4 - Instrumentos financeiros derivativos - operações de compra e venda de energia;
- NEs nºs 3.7.2 e 8.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- NEs nºs 3.8 e 12 - Benefícios Pós-emprego.

### **2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com suporte financeiro de sua controladora.

## **3. Principais Políticas Contábeis**

### **3.1 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não têm cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos conforme descrito na NE nº 3.6.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

#### 3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

#### 3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### 3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

### 3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### **3.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

### **3.3 Provisões**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementadas pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

### **3.4 Reconhecimento da receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

A receita proveniente do fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. Além disso, a Companhia registra por estimativa a receita não faturada, calculada entre a data da última medição e o encerramento do mês.

O resultado da mensuração a valor justo dos contratos de compra e venda de energia, descritos na NE 3.6, são registrados como receita operacional, considerando estar intrinsecamente ligado à operação principal da Companhia, de comercialização de energia.

### **3.5 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizados em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

### **3.6 Instrumentos financeiros derivativos - operações de compra e venda de energia**

A Companhia negocia operações de compra e venda de energia e parte de seus contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado destes contratos-diferença entre os preços contratados e os de mercado são registrados como receita operacional ou custos operacionais no resultado do exercício.

### **3.7 Tributos**

#### **3.7.1 Imposto de renda e contribuição social**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

### 3.7.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

### 3.7.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

## **3.8 Benefícios Pós-emprego**

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### **3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021**

A partir de do exercício de 2021 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”;
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

### **3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor**

A partir dos exercícios de 2022 e de 2023 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	109	775
Aplicações financeiras de liquidez imediata	143.367	16.474
	<b>143.476</b>	<b>17.249</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 78,0% e 98,5% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

#### 5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	Destinação	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	90% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário	Garantias em contratos junto a CCEE	4 meses	1.459	1.375

## 6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
<b>Consumidores</b>					
Consumidores livres - industrial	132.709	143	1.190	134.042	76.161
Consumidores livres - comercial	17.470	11	115	17.596	20.157
Parcelamento - Consumidor Live Com	-	3	1	4	
Parcelamento - Consumidor Live Ind	607	175	207	989	
Outros créditos	-	16	10.281	10.297	10.182
	<b>150.786</b>	<b>348</b>	<b>11.794</b>	<b>162.928</b>	<b>106.500</b>
<b>Concessionárias, permissionárias e comercializadoras</b>					
<b>Suprimento de energia elétrica</b>					
Contratos bilaterais	164.426	35	59	164.520	125.112
Suprimento - Contratos Bilaterais Emp grupo	139.788	-	-	139.788	
CCEE	4.341	-	-	4.341	55.351
	<b>308.555</b>	<b>35</b>	<b>59</b>	<b>308.649</b>	<b>180.463</b>
<b>(-) Perdas de créditos esperadas (6.1)</b>	-	-	<b>(11.316)</b>	<b>(11.316)</b>	<b>(10.805)</b>
	<b>459.341</b>	<b>383</b>	<b>537</b>	<b>460.261</b>	<b>276.158</b>

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 31.12.2021, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto de 0,78% a.m (0,78% a 1,02% em 2020).

### 6.1 Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1°.01.2020	Adições	Saldo em 31.12.2020	Adições / (reversões)	Saldo em 31.12.2021
Consumidores livres	2	680	682	639	1.321
Contratos bilaterais	8	159	167	(128)	39
Outros créditos - multas	9.956	-	9.956	-	9.956
	<b>9.966</b>	<b>839</b>	<b>10.805</b>	<b>511</b>	<b>11.316</b>

## 7. Outros créditos

	31.12.2021	31.12.2020
Renegociações contratuais (a)	4.386	9.215
Adiantamento a empregados	245	156
Distrato social - Dominó Holdings	-	153
Outros créditos	230	114
	<b>4.861</b>	<b>9.638</b>
	<b>Circulante</b>	<b>4.710</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>151</b>
		<b>4.305</b>
		<b>5.333</b>

(a) A Companhia efetuou renegociações contratuais com os clientes, tendo em vista as dificuldades resultantes da retração econômica decorrente da pandemia do Coronavírus, que resultaram no saldo a receber de parcelamentos, penalidades e compensações financeiras.

## 8. Tributos

### 8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2020	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2021
<b>Ativo não circulante</b>							
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	36.049	(3.724)	-	32.325	(9.477)	-	22.848
Perdas de créditos esperadas	3.388	286	-	3.674	173	-	3.847
Benefícios pós-emprego	1.295	93	(250)	1.138	77	(217)	998
Provisões por desempenho e participação nos lucros	267	832	-	1.099	(116)	-	983
Outros	336	(3)	-	333	466	-	798
	<b>41.335</b>	<b>(2.516)</b>	<b>(250)</b>	<b>38.569</b>	<b>(8.877)</b>	<b>(217)</b>	<b>29.474</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>							
Valor justo na compra e venda de energia	70.945	46.737	-	117.682	(12.179)	-	105.504
Atualização de depósitos judiciais	143	117	-	260	120	-	380
Outros	280	-	-	280	-	-	280
	<b>71.368</b>	<b>46.854</b>	<b>-</b>	<b>118.222</b>	<b>(12.059)</b>	<b>-</b>	<b>106.164</b>
<b>Líquido</b>	<b>(30.033)</b>	<b>(49.370)</b>	<b>(250)</b>	<b>(79.653)</b>	<b>3.182</b>	<b>(217)</b>	<b>(76.690)</b>

#### 8.1.1 Realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 29.03.2022.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura. A realização dos valores de prejuízo fiscal e base negativa acompanham as possibilidades de compensação considerando os lucros futuros e o limite estabelecido na legislação.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros;
- Perdas de crédito esperada: a realização será efetivada de acordo com a determinação do art. 9º da Lei 9.430/96 e art. 71 da IN 1.700/17, ou pela reversão dessa provisão;
- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Valor justo de compra e venda de energia (ativo e passivo): quando da realização de ganhos e perdas dos contratos de compra e venda de energia, na data da entrega da energia;

- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
2022	5.523	(2.038)
2023	12.126	(7.535)
2024	6.941	(8.316)
2025	100	(8.152)
2026	100	(5.335)
2027 a 2029	306	(27.413)
2030 a 2031	4.378	(47.375)
	<b>29.474</b>	<b>(106.164)</b>

## 8.2 Outros tributos

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Ativo circulante</b>		
ICMS a recuperar	364	552
PIS/Pasep e Cofins a compensar	8	6.706
	<b>372</b>	<b>7.258</b>
<b>Passivo circulante</b>		
ICMS a recolher	6.450	3.130
PIS/Pasep e Cofins a recolher	1.123	-
Outros tributos	1.489	14
	<b>9.062</b>	<b>3.144</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	353	278
	<b>353</b>	<b>278</b>

(a) O depósito judicial correspondente está registrado no ativo não circulante.

## 8.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>71.915</b>	<b>169.884</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>(24.451)</b>	<b>(57.761)</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Equivalência patrimonial	-	(32)
Juros sobre o capital próprio	5.875	
Despesas indedutíveis	(147)	(272)
Incentivos fiscais	510	94
Outros	24	24
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>(21.371)</b>	<b>(8.577)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>3.182</b>	<b>(49.370)</b>
Alíquota efetiva - %	25,3%	34,1%

## 9. Depósito judiciais

A Companhia discute judicialmente processos na justiça civil e tributário, para os quais realizou depósitos judiciais. A sentença dos processos definirá a utilização dos montantes para pagamento ou o retorno dos valores à Companhia. Do saldo em 31.12.2021, R\$ 332 (R\$ 277, em 31.12.2020) referem-se à processos tributários e R\$ 13.672 (R\$ 16.447, em 31.12.2020) à processos na esfera cível.

Os processos na esfera cível referem-se à discussão junto à fornecedores que não cumpriram com a entrega da energia contratada, A Companhia, portanto, efetuou depósito judicial no intuito de que os valores sejam liberados apenas quando confirmada a entrega efetiva (registro e entrega) por parte da CCEE.

## 10. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Obrigações sociais</b>		
Impostos e contribuições sociais	509	456
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	316	271
	<b>825</b>	<b>727</b>
<b>Obrigações trabalhistas</b>		
Férias	1.150	987
Provisões por desempenho e participação nos lucros	3.242	3.576
Programa de desligamentos voluntários	1.250	289
	<b>5.642</b>	<b>4.852</b>
	<b>6.467</b>	<b>5.579</b>

## 11. Fornecedores

	31.12.2021	31.12.2020
Energia elétrica	440.799	216.907
Materiais e serviços	4.878	4.611
	<b>445.677</b>	<b>221.518</b>

## 12. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

### 12.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

### 12.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

### 12.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Planos previdenciários	2	1
Plano assistencial	2.933	3.347
	<b>2.935</b>	<b>3.348</b>
	<b>Circulante</b>	<b>77</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>2.858</b>
		<b>56</b>
		<b>3.292</b>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Empregados</b>		
Planos previdenciários	747	702
Plano assistencial - pós-emprego	288	339
Plano assistencial - funcionários ativos	411	375
	<b>1.446</b>	<b>1.416</b>
<b>Administradores</b>		
Planos previdenciários	88	60
Plano assistencial	13	17
	<b>101</b>	<b>77</b>
	<b>1.547</b>	<b>1.493</b>

## 12.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

<b>Em 1º.01.2020</b>	<b>3.847</b>
Apropriação do cálculo atuarial	339
Contribuições previdenciárias e assistenciais	1.490
Ajuste referente a perdas atuariais	(734)
Amortizações	(1.594)
<b>Em 31.12.2020</b>	<b>3.348</b>
Apropriação do cálculo atuarial	288
Contribuições previdenciárias e assistenciais	1.662
Ajuste referente a perdas atuariais	(639)
Amortizações	(1.724)
<b>Em 31.12.2021</b>	<b>2.935</b>

## 12.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

### 12.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	2021		2020	
	Real	Nominal	Real	Nominal
<b>Econômicas</b>				
Inflação a.a.	-	5,50%	-	4,00%
<b>Taxa de desconto/retorno esperados a.a.</b>				
Planos Unificado - Benefício Definido	-	-	2,85%	6,96%
Planos Unificado - Saldado	5,30%	11,09%	3,20%	7,33%
Planos III	5,40%	11,20%	3,40%	7,54%
Planos Assistencial	5,40%	11,20%	3,20%	7,33%
<b>Crescimento salarial/custos médicos</b>				
Plano Unificado a.a.	0,00%	5,50%	0,00%	4,00%
Plano III a.a.	1,00%	6,56%	1,00%	5,04%
Plano Assistencial - Aging Factor	5,80%	-	4,60%	-
<b>Demográficas</b>				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

### 12.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
<b>Em 31.12.2021</b>		
Participantes aposentados	11,60	23,47
Participantes pensionistas	13,22	27,02
<b>Em 31.12.2020</b>		
Participantes aposentados	12,38	23,16
Participantes pensionistas	14,07	24,98

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 67,85 e 67,54 anos, respectivamente.

### 12.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2021 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 812 e de R\$ 91, enquanto que em 31.12.2020 a posição era, respectivamente, de R\$ 959 e de R\$ 2.225. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2021, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2021	31.12.2020
Obrigações total ou parcialmente cobertas	6.480	25.130	3.383	34.993	37.673
Valor justo dos ativos do plano	(7.292)	(25.221)	(450)	(32.963)	(37.510)
<b>Estado de cobertura do plano</b>	<b>(812)</b>	<b>(91)</b>	<b>2.933</b>	<b>2.030</b>	<b>163</b>
Ativo não reconhecido	812	91	-	903	3.184
	-	-	<b>2.933</b>	<b>2.933</b>	<b>3.347</b>

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12.2021, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes.

### 12.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2020</b>	<b>7.007</b>	<b>20.011</b>	<b>4.438</b>
Custo de serviço	-	19	106
Custo dos juros	434	1.196	272
Benefícios pagos	(517)	(1.579)	-
Perdas / (ganhos) atuariais	1.024	6.221	(959)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2020</b>	<b>7.948</b>	<b>25.868</b>	<b>3.857</b>
Custo de serviço	-	20	46
Custo dos juros	582	1.896	279
Benefícios pagos	(402)	(1.680)	-
Ganhos atuariais	(1.648)	(974)	(799)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2021</b>	<b>6.480</b>	<b>25.130</b>	<b>3.383</b>

### 12.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
<b>Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2020</b>	<b>8.052</b>	<b>20.609</b>	<b>631</b>
Retorno esperado dos ativos	715	1.740	38
Contribuições e aportes	-	1.062	-
Benefícios pagos	(517)	(1.579)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	657	6.261	(159)
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2020</b>	<b>8.907</b>	<b>28.093</b>	<b>510</b>
Retorno esperado dos ativos	985	1.035	14
Contribuições e aportes	-	1.035	-
Benefícios pagos	(402)	(1.680)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(2.198)	(3.262)	(74)
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2021</b>	<b>7.292</b>	<b>25.221</b>	<b>450</b>

### 12.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2022 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	-	-	40
Custo estimado dos juros	719	3.931	374
Rendimento esperado do ativo do plano	(788)	(4.309)	(49)
<b>Custos (receitas)</b>	<b>(69)</b>	<b>(378)</b>	<b>365</b>

### 12.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
<b>Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo</b>		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(3.166)	3.003
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(606)	568
<b>Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos</b>		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	230	(223)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	3	(3)
<b>Sensibilidade ao custo do serviço</b>		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	4	(4)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	7	(7)

### 12.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2022	350	1.509	141	2.000
2023	334	1.442	159	1.935
2024	317	1.372	162	1.851
2025	304	1.303	154	1.761
2026	288	1.237	146	1.671
2027 a 2051	3.156	15.541	1.964	20.661

### 12.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2021 e a alocação-meta para 2022, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2022 (*)	2021
Renda fixa	71,1%	69,6%
Renda variável	10,0%	7,2%
Empréstimos	1,2%	1,6%
Investimentos imobiliários	2,7%	5,8%
Investimentos estruturados	10,2%	10,5%
Investimentos no exterior	4,8%	5,3%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	83,5%	43,0%	53,0%	22,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	12,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	3,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	4,0%	0,0%	8,0%	0,0%
Investimentos estruturados	6,0%	0,0%	16,0%	0,0%
Investimentos no exterior	3,0%	0,0%	8,0%	0,0%

(\*) Alocação Estratégica 2021.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

## 13. Outras contas a pagar

	31.12.2021	31.12.2020
Cauções em garantia	19.200	8.687
Outras obrigações	27	24
	<b>19.227</b>	<b>8.711</b>
	<b>Circulante</b>	<b>19.207</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>20</b>
		<b>8.691</b>
		<b>20</b>

## 14. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde processos judiciais na justiça trabalhista e federal (fiscal). A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.3 são atendidos.

Em 31.12.2021 o saldo de R\$ 611 (R\$ 361 em 31.12.2020) refere-se a ações trabalhistas, sendo que durante o exercício de 2021 houve provisão de R\$ 294 e quitação de R\$ 44. A Companhia também discute a incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais, mas o saldo desta provisão fiscal está divulgado na NE nº 8.2.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2021 a Companhia possui R\$ 439 (R\$ 464 em 31.12.2020) referente a passivos contingentes de ações trabalhistas e R\$ 325 (R\$ 1.911 em 31.12.2020) de ações na área cível decorrentes, principalmente, de processos administrativos referente discussão contratual.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

## 15. Patrimônio Líquido

### 15.1 Capital social

Em 31.12.2021, o capital social integralizado é de R\$ 237.210 (R\$ 159.090 em 31.12.2020), composto por 237.210.461 ações ordinárias (159.089.580 em 2020), sem valor nominal, pertencentes à Copel. O aumento do capital social, aprovado na AGE de 27.04.2021, ocorreu mediante capitalização de R\$ 29.850, registrados na rubrica de adiantamento para futuro aumento de capital, e de R\$ 48.270, registrados na rubrica de reserva de retenção de lucros.

### 15.2 Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

<b>Em 1º.01.2020</b>	<b>(1.921)</b>
<b>Passivos atuariais</b>	
Benefícios pós-emprego	734
Tributos sobre os ajustes	(250)
<b>Em 31.12.2020</b>	<b>(1.437)</b>
<b>Passivos atuariais</b>	
Benefícios pós-emprego	639
Tributos sobre os ajustes	(217)
<b>Em 31.12.2021</b>	<b>(1.015)</b>

### 15.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

## 15.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Base de cálculo para os dividendos</b>		
Lucro líquido do exercício	53.726	111.937
Reserva legal	(2.686)	(5.597)
	<b>51.040</b>	<b>106.340</b>
<b>Dividendos propostos</b>		
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - valor bruto (a)	17.277	-
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - IRRF	(2.591)	-
Dividendos	-	26.585
Dividendo adicional proposto	10.834	-
	<b>25.520</b>	<b>26.585</b>
<b>Dividendos por ação:</b>		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,05379	0,21877
Dividendos registrados (em R\$)	0,11851	0,21877

(a) Aprovados pelo Conselho de Administração em 22.12.2021, com data de pagamento a ser definida pela Controladora.

## 15.5 Lucro líquido básico e diluído por ação

Controladora	31.12.2021	31.12.2020
<b>Numerador básico e diluído</b>		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	53.726	111.937
<b>Denominador básico e diluído</b>		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	212.168.973	121.523.164
<b>Lucro líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora</b>		
Ações ordinárias	0,25323	0,92112

## 16. Receita Operacional

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	1.956.763	(174.247)	(72.903)	-	1.709.613
Suprimento de energia elétrica	3.113.146	(287.966)	-	-	2.825.180
Outras receitas operacionais	1.856	(171)	-	(64)	1.621
	<b>5.071.765</b>	<b>(462.384)</b>	<b>(72.903)</b>	<b>(64)</b>	<b>4.536.414</b>

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2020
Fornecimento de energia elétrica	1.030.272	(91.756)	(38.976)	-	899.540
Suprimento de energia elétrica	1.514.722	(140.112)	-	-	1.374.610
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 19.2.4)	137.462	-	-	-	137.462
Outras receitas operacionais	10.046	(929)	-	(72)	9.045
	<b>2.692.502</b>	<b>(232.797)</b>	<b>(38.976)</b>	<b>(72)</b>	<b>2.420.657</b>

## 17. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais líquidas	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda	(4.414.768)	-	-	-	(4.414.768)
Valor justo na compra e venda de energia (19.2.4)	(35.818)	-	-	-	(35.818)
Pessoal e administradores (17.1)	(12.825)	-	(5.743)	-	(18.568)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 12.3)	(1.010)	-	(537)	-	(1.547)
Material	-	-	(17)	-	(17)
Serviços de terceiros (17.2)	(10)	-	(2.915)	-	(2.925)
Depreciação e amortização	-	-	(234)	-	(234)
Provisão para litígios	-	-	-	(295)	(295)
Perdas de créditos esperadas	-	(511)	-	-	(511)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	-	-	(3.136)	(620)	(3.756)
	<b>(4.464.431)</b>	<b>(511)</b>	<b>(12.582)</b>	<b>(915)</b>	<b>(4.478.439)</b>

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais líquidas	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda	(2.239.388)	-	-	-	(2.239.388)
Pessoal e administradores (17.1)	(9.067)	-	(5.940)	-	(15.007)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 12.3)	(974)	-	(519)	-	(1.493)
Material	-	-	(28)	-	(28)
Serviços de terceiros (17.2)	(26)	-	(1.467)	-	(1.493)
Depreciação e amortização	-	-	(75)	-	(75)
Provisão para litígios	-	-	-	(61)	(61)
Perdas de créditos esperadas	-	(839)	-	-	(839)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(741)	-	(2.919)	(9)	(3.669)

### 17.1 Pessoal e administradores

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	8.127	7.308
Encargos sociais	2.523	2.261
Auxílio alimentação e educação	705	634
Programa de desligamentos voluntários	2.843	289
	<b>14.198</b>	<b>10.492</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários	766	794
Encargos sociais	216	132
Outros gastos	14	12
	<b>996</b>	<b>938</b>
<b>Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores</b>	<b>3.374</b>	<b>3.577</b>
	<b>18.568</b>	<b>15.007</b>

## 17.2 Serviços de terceiros

	31.12.2021	31.12.2020
Serviços especializados	543	302
Manutenção de instalações	159	289
Custos com leilão de energia	212	219
Comunicação, processamento e transmissão de dados	731	186
Despesas jurídicas	122	142
Publicações legais	83	96
Consultoria e auditoria	312	45
Passagens e condução	15	17
Outros serviços	748	197
	<b>2.925</b>	<b>1.493</b>

## 18. Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre liquidações na CCEE	4.639	4.581
Acréscimos moratórios sobre faturas	2.362	2.882
Multas	1.200	2.186
Renda de aplicações financeiras	4.921	827
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(687)	(542)
Outras receitas financeiras	1.716	1.535
	<b>14.151</b>	<b>11.469</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
IOF sobre aplicações financeiras	3	68
Variações monetárias e outras despesas financeiras	208	28
	<b>211</b>	<b>96</b>
<b>Líquido</b>	<b>13.940</b>	<b>11.373</b>

## 19. Instrumentos Financeiros

### 19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	143.476	143.476	17.249	17.249
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	1.459	1.459	1.375	1.375
Valor justo na compra e venda de energia (c)	19.2.4	3	855.775	855.775	689.531	689.531
			<b>1.000.710</b>	<b>1.000.710</b>	<b>708.155</b>	<b>708.155</b>
<b>Custo Amortizado</b>						
Clientes (a)	6		460.261	460.261	276.158	276.158
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>1.460.971</b>	<b>1.460.971</b>	<b>984.313</b>	<b>984.313</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Valor justo na compra e venda de energia (c)	19.2.4	3	545.469	545.469	343.406	343.406
<b>Custo Amortizado</b>						
Fornecedores (a)	11		445.677	445.677	221.518	221.518
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>991.146</b>	<b>991.146</b>	<b>564.924</b>	<b>564.924</b>

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

**Nível 1:** obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

**Nível 2:** obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

**Nível 3:** obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- O valor justo dos ativos e passivos equivale ao seu respectivo valor contábil (NE nº 3.5).

### 19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 19.2.1 Risco de crédito

<b>Exposição ao risco de crédito</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	143.476	17.249
Títulos e valores mobiliários (a)	1.459	1.375
Clientes (b)	460.261	276.158
	<b>605.196</b>	<b>294.782</b>

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes, implementando políticas específicas de cobrança e suspendendo o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato. Conforme NE nº 6, o prazo de recebimento dos saldos de clientes é, em média, de 10 dias.

#### 19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de fornecedores que tem a liquidação prevista para menos de um mês, a partir de 31.12.2021.

#### 19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

##### **a) Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

##### **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação da CDI/Selic de 11,5% prevista na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2021	Provável	Cenário1	Cenário 2
<b>Ativos financeiros</b>					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.459	168	126	84

#### 19.2.4 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

Baseado nos valores nominais de R\$ 7.530.281 para contratos de compra e de R\$ R\$ 7.881.880 para contratos de venda de energia elétrica, em aberto na data destas demonstrações financeiras, o valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia, que representavam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-B divulgada pela Anbima, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais, referentes à estas transações na data destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentados.

	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	112.057	(106.889)	5.168
Não circulante	743.718	(438.580)	305.138
	<b>855.775</b>	<b>(545.469)</b>	<b>310.306</b>

### Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de mudanças nos preços futuros. Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos atualizados com a curva de preços de mercado e taxa NTN-B. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram elevação ou queda de 25% e 50%, aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

	Variação no preço	Base 31.12.2021	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	310.306	299.404	347.905	396.407
	Queda	310.306	299.404	250.900	202.398

#### 19.2.5 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (*clearing house*), de modo que o risco de *default* é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõem limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o *default* de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

## 20. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Controladora - Copel</b>								
Dividendos	-	-	20.785	29.803	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura	-	-	35	42	-	-	-	-
<b>Entidade sob controle em comum</b>								
Compartilhamento de estrutura								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	-	-	94	75	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)	-	9	132	140	-	-	-	-
Compra e venda de energia								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	133.486	5.186	120.632	54.762	987.895	36.990	1.429.410	758.276
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.	5.995	-	62.722	65.042	145.639	57.312	783.681	575.138
Bela Vista	-	-	2.140	-	-	-	13.981	-
Parques eólicos (subsidiárias da Copel GeT)	307	20	6.259	-	7.290	2.527	50.867	4.800
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	-	-	1.128	1.600	-	-	14.544	18.713
Serviços de telecomunicações								
Copel Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-	24	38
<b>Pessoal chave da administração</b>								
Honorários e encargos sociais (NE nº 17.1)	-	-	-	-	-	-	996	938
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 12.3)	-	-	-	-	-	-	101	77
<b>Tecpar - venda de energia</b>	-	-	-	-	2.014	777	-	-
<b>Lactec - venda de energia e serviços</b>	5	3	-	-	594	719	-	-

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Copel Mercado Livre no total de R\$ 192.707 (R\$ 112.069 em 2020).

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Copel Mercado Livre tem contratos de compra e venda de energia com partes relacionadas, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Em 31.12.2021, a Companhia possui contratos que totalizam R\$ 290.958 (R\$ 52.498, em 2020) em compromissos de venda de energia, sendo R\$ 259.289 (R\$ 43.266, em 2020) com a Copel GeT e suas subsidiárias e R\$ 31.309 (R\$ 9.231, em 2020) com órgãos associados ao Governo do Estado do Paraná. Ainda, em 31.12.2021, a Copel Mercado Livre possui R\$ 7.116.496 (R\$ 7.177.338 em 2020) em compromissos de compra de energia, sendo R\$ 7.104.899 (R\$ 7.161.631, em 2020) com a Copel GeT e suas subsidiárias e R\$ 11.597 (R\$ 15.707, em 2020) com outras partes relacionadas.

## 21. Compromissos

Em 31.12.2021, a Copel Mercado Livre possui R\$ 26.991.401 (R\$ 20.462.168, em 31.12.2020) em compromissos de contratos de compra de energia elétrica.

## 22. Seguros

<b>Consolidado</b>	<b>Término</b>	<b>Importância</b>
<b>Apólice</b>	<b>da vigência</b>	<b>segurada</b>
Seguro D&O	28.03.2023	139.513
Seguro de Crédito	31.12.2023	35.000
Garantia de Pagamento	31.12.2022	3.847
Garantia de Pagamento	31.12.2022	2.198
Garantia de Pagamento	30.01.2023	1.771
Garantia Fiel Cumprimento	19.11.2022	165

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805.

Curitiba, 29 de março de 2022

Fillipe Henrique Neves Soares  
Diretor Geral

Adriano Rudek de Moura  
Diretor de Finanças

Eduardo Vieira de Souza Barbosa  
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais

Ronaldo Bosco Soares  
Contador - CRC PR-043819/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da  
Copel Comercialização S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte  
Contador  
CRC nº RS 058908/O-1

## RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

### 1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e*
- V. o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o plano foi desenvolvido pela consultoria *PricewaterhouseCoopers - PwC*, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; plano para atender as responsabilidades; referências de *benchmarks*; aspectos sobre treinamentos e discussões com o Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura desse cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx 301/407*, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

Em 2021, por solicitação do CAE, houve um trabalho de reestruturação do plano de trabalho, com vistas ao seu aprimoramento, com apoio da consultoria *Ernst & Young - EY*, em conjunto com a assessoria do CAE, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária – SEC. A reestruturação considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de *benchmarks*; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões com o Colegiado. Como resultado, considerando o relatório apresentado pela consultoria, foi elaborado o Plano de Trabalho Anual do CAE 2022, incluindo cronograma detalhado dos assuntos a serem tratados e a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx 301/407*, à Instrução CVM 509, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano de forma a otimizar a agenda do colegiado.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo do ano, distribuídas em suas 12 reuniões ordinárias.

A auditoria independente, atualmente *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte*, é responsável pela auditoria das Demonstrações Contábeis e deve assegurar que essas apresentem, de

forma adequada, a posição patrimonial e financeira da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, CTE<sup>1</sup>, COM, SERVIÇOS e Eólicas) e controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Além disso, a Deloitte também é responsável por avaliar o ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais uma vez que essas são sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley* - SOx.

O Comitê de Auditoria Estatutário elaborará, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

## 2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley* – Sox, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2021, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Conselheiros Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Cláudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission* - SEC e pela *New York Stock Exchange* - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de disponibilização de profissional interno, com dedicação exclusiva, para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, foi deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de 06.11.2020, a designação do assessor do CAE da Copel, Adilson Dvulathca (registro 49438), conforme a Circular-058/2020, de 10.11.2020.

## 3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2021

### 3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

As pautas das reuniões realizadas em 2021 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado para o Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para a discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de comunicação confidencial; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários; partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao

<sup>1</sup> Ver NE nº 41, em 03.08.2021 foi concluído o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A.

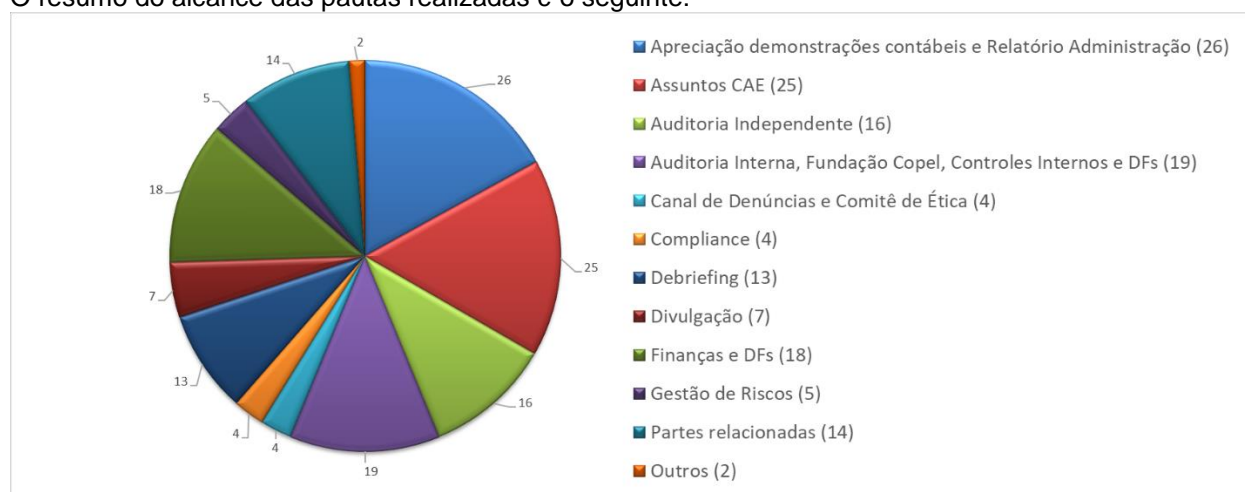
CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, que contemplaram 153 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

### PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



### 3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2021, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 16 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2020; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2021; controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2021; contratação de serviços adicionais relacionados à Auditoria Independente da Copel Distribuição S.A.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

### 3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2021, foram realizadas 26 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 9 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2021; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2020 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à

Produtividade.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos, os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê verificou que as Demonstrações Financeiras da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais e controladas - estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel<sup>2</sup>, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e das normas emitidas pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

### 3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2021, foram tratadas 19 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna e a verificação de suas recomendações, aprovou o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2020 e o Plano Anual da Auditoria Interna - Paint 2020/2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 240ª Reunião, de 13.07.2021, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel e os impactos da pandemia Covid-19 na Carteira de Investimentos da Fundação Copel. Na 248ª Reunião, de 07.12.2021, a Fundação Copel apresentou o acompanhamento dos Planos Previdenciários.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

### 3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2021, foram tratadas 8 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; e recebeu a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

### 3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

<sup>2</sup> Ver NE nº 41, em 03.08.2021 foi concluído o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A.

No decorrer de 2021, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 4 pautas do Canal de Denúncias. Essas pautas abordaram o acompanhamento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o Acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, mensalmente, a Auditoria apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

### **3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS**

No decorrer de 2021, foram tratadas 5 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a revisão do Programa de Integridade da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da matriz de riscos, determinou que fosse adicionada à Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, a necessidade de análise trimestral, por parte do Comitê, e semestral por parte do Conselho de Administração, da matriz de Riscos, bem como os planos de mitigação decorrentes. Além disso, foi objeto de análise pelo comitê a revisão da Política de Gestão de Riscos da Companhia.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

### **3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2021, foram tratadas 14 pautas de transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

### **3.9. OUTRAS ATIVIDADES**

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Nessas pautas tratadas, foram base Políticas Internas da Companhia como: de aplicação financeira, de investimentos, de contratação de serviços de auditoria independente, de integridade e atualização do programa de integridade.

Em relação a controladas e coligadas, o CAE, fez o monitoramento ao longo do ano em suas reuniões, conforme as atribuições definidas em seu Regimento Interno, considerando a relevância, a materialidade e os riscos dos negócios dos quais participa a Companhia.

No âmbito de sua programação para 2021, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

Considerando a necessidade de disponibilização de profissional interno com dedicação exclusiva para assessor no desempenho das atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, desde 2020 foi

designado como Assessor do CAE da Copel, Adilson Dvulathca (registro 49438), conforme a Circular-058/2020, de 10.11.2020, em atendimento à deliberação da 226ª reunião, de 06.11.2020.

#### **4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

##### **4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

##### **4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E GERENTES**

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Gerências Executivas, através de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

#### **5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA**

- Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias à necessidade de registros formais com relação às advertências aplicadas pela Companhia nos casos tratados no Comitê de Ética e a possibilidade, a ser verificada pela DRC, de definir no Código de Conduta, regras para quarentena para os empregados que se desligam da Companhia.

- Elaboração e aprovação das DFs.

O Comitê de Auditoria Estatutário solicitou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores – DFI a análise quanto a possibilidade de ajuste no cronograma para deliberações sobre as Demonstrações Financeiras - DFs e demais temas correlatos das Subsidiárias Integrais da Copel (Holding) e deliberação das DFs da Copel (Holding).

Adicionalmente, solicitou à DFI a apresentação sobre seus projetos e oportunidades de melhorias nos processos para atendimento às necessidades da Companhia.

- Processo de licitação de serviços de Auditor Independente.

O CAE recomendou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores – DFI que nos processos licitatórios para contratação de serviços de auditoria independente, sejam vedação de cobrança de horas adicionais sem negociação e aprovação prévia e que a Auditoria Interna revise o processo previamente à divulgação do resultado final. O CAE acompanha a qualidade da execução do contrato de auditoria independente, bem como as condições para sua renovação. Adicionalmente, o Comitê alinhou o modus operandi com a auditoria independente quanto aos prazos e cronograma de reuniões do colegiado de forma a assegurar sinergia no processo.

- Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, e que, na próxima revisão do Portfólio, sejam revistos a probabilidade e o impacto dos riscos, a fim de melhorar a sua comparabilidade.

- Reporte dos trabalhos de cibersegurança

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à cibersegurança. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais,

acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

- Auditoria Interna

O CAE recomendou à Auditoria Interna a avaliação junto à auditoria externa, Deloitte, dos requisitos necessários para que os trabalhos da Auditoria Interna possam ser utilizados pelos auditores independentes, para otimização de esforços.

Por ocasião da aprovação do PAINT, o CAE solicitou à Auditoria Interna revisão do seu “Plano de Treinamento da Auditoria Interna para 2022”, considerando as tendências de mercado e evolução do quadro de empregados da Companhia.

- Adaptação à LGPD

Por ocasião do reporte sobre as ações da Companhia para adaptação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, o CAE solicitou à D.P.O. que os eventos adversos ou extraordinários sobre a LGPD devem ser comunicados tempestivamente ao CAE e ao CAD.

## 6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2021, no Relatório Anual 2021, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 22 de março de 2022.

**MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO**  
Presidente

**CARLOS BIEDERMANN**  
Especialista Financeiro

**LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA**  
Membro Externo

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES**  
**FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E SOBRE A PROPOSTA DA**  
**DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO**  
**DE 2021**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. – Copel Mercado Livre, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Curitiba, 29 de março de 2022

**DEMETRIUS NICHELE MACEI**

Presidente

**OTAMIR CESAR MARTINS**

**JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO**



Estas demonstrações financeiras  
estão publicadas no site da Copel.  
Utilize a câmera do seu smartphone  
para ler o código ao lado.

